

Presidente vai legislar, mas sem decreto-lei

ADRIANO LAFETA
Da Editoria de Política

A figura do decreto-lei, espécie de símbolo dos governos militares que o presidente Sarney aproveitou diversas vezes, deve ser substituído hoje pela Constituição por um instrumento mais democrático. Ele mantém, no artigo 76, o direito do presidente legislar, mas impõe restrições, que, se em vigor na época, teriam impedido, por exemplo, que o ex-presidente Figueiredo instituisse o depósito compulsório sobre o preço dos combustíveis e os consumidores pagassem por ele até hoje. A menos que o Congresso Nacional convertesse a medida em lei num prazo máximo de 30 dias.

O artigo 76 do projeto constitucional permite que o presidente legisle apenas em caso de relevância e urgência, as duas coisas, observe-se, conjugadas. Ainda assim, somente poderá fazê-lo se solicitado pelo primeiro-ministro. Mas mesmo que o parlamentarismo não passe e a questão fique restrita à vontade do Presidente, dentro da situação prevista, as medidas que ele tomar terão força de

lei em caráter provisório. Ou seja, valerão até que o Congresso Nacional, dentro de 30 dias, decida a respeito.

Na hipótese do Congresso se encontrar em recesso na ocasião, deverá ser convocado extraordinariamente para se reunir no prazo de cinco dias. E se as medidas provisórias não foram convertidas em lei nos 30 dias previstos, perdem a eficácia — atualmente, produzem efeitos válidos até o momento da rejeição — devendo o Congresso disciplinar as relações jurídicas delas decorrentes. No exemplo do depósito compulsório, poderia obrigar o Governo a devolver aos consumidores o que tivessem pago até então.

“Não tem nada a ver com o decreto-lei da ditadura”, afirma indignado com a comparação inevitável o autor do artigo, deputado Nelson Jobim (PMDB/RS). Ele próprio defenderá o texto na votação de hoje, ressaltando as “diferenças fundamentais” entre os dois instrumentos. O dele, revela, foi inspirado na Constituição italiana e resolve o problema da eventual necessidade do Presidente legislar da forma mais democrática possível.

PSB pede a anistia integral

A anistia integral para militares é uma questão superada na Constituinte, mas continua a ser uma bandeira prioritária para o Partido Socialista Brasileiro, que aproveitou, na noite de ontem, o seu programa de 60 minutos em cadeia nacional de televisão e rádio para voltar ao tema e apresentar ao público sua nova bancada na Assembleia com cinco deputados e um senador.

Na bancada de seis, cinco vieram do PMDB, o partido que colaborou na Constituinte para a superação da anistia integral, inclusive com os votos dos senadores paulistas Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas, que, mesmo assim, ainda lideram a esquerda.

Mais antigo no Congresso, apenas o senador fluminense Jamil Haddad, que se elegeu pelo PMDB para a suplência de Roberto Saturnino, que abriu a vaga há pouco mais de dois anos ao se eleger prefeito do Rio de Janeiro pelo PDT — mas, hoje, Saturnino é o mais expressivo dos nomes do elenco pessevista que ontem desfilou pela cadeia nacional no horário mais nobre da televisão e rádio.

Nessa confusão de siglas, os cinco deputados do PSB não apresentaram um discurso novo, talvez por falta de definição do próprio partido, que martelou em idéias vagas sobre a preservação da natureza, a necessidade de mais escolas, a falta de hospitais, a proliferação de doenças incontroláveis, o preço abusivo dos remédios, o domínio econômico das multinacionais e a contenção do capitalismo selvagem e predatório.

Conservaram os antigos deputados do PMDB o mesmo discurso com que chegaram, pela primeira vez ao Congresso Nacional há pouco mais de um ano. O paraense Ademir de Andrade, por exemplo, continua a defender a soberania da Constituinte. A baiana Abigail Feitosa ainda batalha em defesa dos professores e da ampliação da assistência social aos trabalhadores.

O domínio da Constituinte pelas oligarquias continua na linha de tiro do maranhense José Carlos Sabóia, preocupado porque, na sua opinião, há uma maioria progressista na Assembleia, mas isso não garante tudo se falta um partido como o PSB para conduzi-la. A amapaense Raquel Capiberibe descobriu que “a nossa opção é o PSB”, o “grande partido” necessário ao socialismo no País.

Mais antiga na sigla, a amazonense Beth Azize, na sua posição de líder do PSB na Câmara, se considera à vontade para defender a imediata eleição direta do sucessor do presidente Sarney. Ao seu lado, o senador Haddad não vê possibilidade de avanço democrático sem o PSB. No mais, todos insistem na defesa do parlamentarismo, quatro anos para Sarney e mais vantagens trabalhistas para os empregados.



Quem saiu na frente, pela pesquisa, foi o senador Mauricio Corrêa, seguido por Lauro Campos e Valmir Campello



Pesquisa mostra Maurício à frente para governador

A primeira pesquisa de opinião pública após a Constituinte ter aprovado a autonomia política do Distrito Federal, dá às esquerdas o direito de sonhar ainda mais com o posto de primeiro governador eleito diretamente em Brasília. O senador Mauricio Corrêa do PDT lidera todas as listas seguido por Lauro Campos do PT, por Valmir Campello do PFL e pelo também constituinte Augusto Carvalho, do PCB.

A MSC — Estudos de Mercado e Opinião Pública — mandou suas equipes às ruas do Plano Piloto e das cidades satélites nos dias 10 e 11 para aferir os nomes preferidos pelo eleitorado mais novo do País. Foram entrevistados 500 eleitores de todos os pontos da cidade. Desse total, 25% mora no Plano Piloto; 9% em Sobradinho e Planaltina; 27% em Brazlândia e Ceilândia; 18% em Taguatinga;

12% no Gamam e 9% no Guará I e II e Núcleo Bandeirante.

O senador pedetista Mauricio Corrêa apareceu na frente logo na primeira pergunta do questionário, onde o brasileiro deveria apontar um nome qualquer de sua própria memória e em quem votaria para governador. Corrêa foi lembrado por dezesseis em cada cem entrevistados, ficando em segundo lugar, Lauro Campos, do PT, com 6% da preferência. Valmir Campello do PFL teve 5% das lembranças.

A indecisão chega a assustar: se as eleições fossem realizadas agora, mais da metade dos entrevistados (54%) não teriam nenhum candidato.

Para os adeptos do desgaste atual do PMDB, um prato cheio: o primeiro nome do partido a ser indicado pelo público foi o do atual secretário de In-

dústria e Comércio do DF, Lindberg Aziz Cury que só apareceu em quinto lugar, com dois pontos percentuais de preferência.

A partir dos mais lembrados pela população nas ruas, a MSC preparou uma lista com dezesseis nomes que foi mostrada ao eleitor brasileiro. Também aí, na chamada intenção de voto, os candidatos dos partidos de esquerda tiveram preferência: Mauricio Corrêa liderou com 24% de aprovação, seguido de Lauro Campos, com 12%. Mais uma vez, Valmir Campello mostrou que é, no momento, o nome mais forte das correntes liberais, atingindo 10%, colocando-se em terceiro lugar.

Também nesse item, o PMDB não foi bem, colocando apenas o mesmo Lindberg Cury no quinto lugar (atrás de Maria de Lourdes Abadia, do PFL), com 5% de aprovação popular.

Embora a pesquisa tenha obedecido critérios seletivos de idade para os entrevistados, a empresa selecionou uma fatia à parte com jovens de 16 a 18 anos, tentando verificar a quantas anda o engajamento dos eleitores mais novos. O pedetista Corrêa foi, de novo, o nome mais lembrado atingindo o dobro da popularidade de Campello, que entre a garotada ocupa o segundo lugar. Também na intenção de voto, a ordem não se altera: PDT na frente, PFL em segundo e PT (com Lauro Campos), mais atrás.

A MSC — Estudos de Mercado e Opinião Pública informou que as classes A e B corresponderam a 25% dos entrevistados; a classe C, a 35% e as camadas D e E, entraram com 40%. Metade do universo consultado era masculino e todas as faixas etárias foram ouvidas.

UDR tem um lobista para cada deputado

YUUGI MAKIUCHI

O trabalho de lobby que a União Democrática Ruralista (UDR) pretende fazer junto aos 559 constituintes começará na segunda-feira, retificou ontem, a assessoria da entidade sediada no Congresso. Os representantes da classe rural, num total aproximado de 500 filiados, falarão individualmente com os parlamentares simpáticos à tese do direito da propriedade rural, numa tentativa de sensibilizá-los para a questão da Reforma Agrária que deverá ser votada pelo Plenário no mês que vem.

Aliado ao trabalho de lobby junto aos constituintes, o presidente da UDR, Ronaldo Caiado, acionou sua assessoria para que municié todos os veículos de comunicação — jornais, revistas e televisão — com informações sobre as reivindicações dos produtores rurais. No domingo, à noite, Caiado participará de um debate na TV Record com o deputado José Genoino (PT-SP) e na terça-feira, na TV Manchete, com o deputado Roberto Freire (PCB-PE). Em ambos os programas, o tema principal será a Reforma Agrária.

Dentre as reivindicações que os representantes da entidade apresentarão aos parlamentares, o direito da propriedade rural é considerado como uma questão básica. O objetivo é modificar o texto aprovado na Comissão de Sistematização que vinculou o direito da terra à sua função social. A UDR quer que,



Caiado

na fase de votação pelo plenário, a função social fique condicionada exclusivamente ao uso da propriedade.

A segunda questão de maior importância para a entidade é a imissão da posse da terra. Eles querem manter o acordo feito durante os trabalhos da Comissão de Sistematização. Temem que, as emendas apresentadas por constituintes de esquerda nesse 1º turno do plenário modifiquem o texto aprovado anteriormente.

Esse trabalho de persuasão junto à Constituinte deverá se prolongar até o final da votação do título da Ordem Econômica, prevista para abril.

PREFERÊNCIA PARA GOVERNADOR

— Sem o pesquisador ter indicado nenhum nome

Maurício Corrêa	16%
Lauro Campos	6%
Valmir Campello	5%
Augusto Carvalho	3%
Lindberg Cury	2%
José Ornellas	2%
Carlos Alberto Torres	2%
Maria de Lourdes Abadia	1%
Múcio Athayde	1%
Meira Filho	1%
Osório Adriano	1%
Maerle Ferreira Lima	1%
NÃO INDICOU NOMES	54%

INTENÇÃO DE VOTO PARA GOVERNADOR

— Pesquisador exhibe uma lista com 16 nomes para escolher

Maurício Corrêa	24%
Lauro Campos	12%
Valmir Campello	10%
Maria de Lourdes Abadia	7%
Lindberg Cury	5%
José Ornellas	4%
Carlos Alberto Torres	4%
Meira Filho	4%
Múcio Athayde	3%
Maerle Ferreira Lima	3%
Marcia Kubitschek	2%
Osório Adriano	2%
Guy de Almeida	1%
Paulo Xavier	1%
José Carlos Mello	1%
Elmo Serejo Farias	1%
Não tem candidato	19%

PMDB faz salada nos diretórios

RICARDO HOLANDA
Da Editoria de Cidade

Vinte e nove chapas vão disputar as eleições para a composição dos 11 diretórios zonais do PMDB do Distrito Federal, no próximo dia 27. O secretário-geral do partido, Joselito Correia, afirmou ontem não haver mais possibilidade de acordo com o grupo da esquerda que desistiu de participar do pleito nas zonais reclamando dos processos de indicação. Joselito disse que o partido vai bater chapa no próximo pleito. “Composições só poderão ocorrer quando da escolha do diretório regional”, avisou.

As articulações para a composição das chapas acabaram por fazer com que correntes ideologicamente incompatíveis se unissem. Adversários antes irreconciliáveis acabaram se unindo na divisão dos delegados e membros dos diretórios e vão tentar eleger sua chapa. Isso ocorreu em Planaltina, por exemplo, onde a Ala Progressista de Maerle Ferreira Lima aliou-se ao grupo de Múcio Athayde e Joselito Correia. Es-

querda e direita unidas em Planaltina vão tentar derrubar a chapa conservadora do Movimento JK.

Apesar de estar ligado às esquerdas na Constituinte, o deputado Geraldo Campos fez uma aliança com os grupos de Múcio e Joselito em Sobradinho. Eles vão concorrer aos cargos do diretório daquela zona enfrentando uma chapa patrocinada por Maerle Ferreira Lima. O secretário-geral distribuiu ontem à noite um edital indicando os locais onde serão realizadas as convenções.

A Ala progressista de Maerle tem chapas concorrendo em nove zonais, à exceção de Ceilândia e de Planaltina, onde se compôs com Múcio. Por sua vez, o grupo político integrado por Múcio e Joselito lançou-se isoladamente também em nove diretórios zonais, a não ser em Sobradinho e Planaltina, onde há composições com Maerle e Geraldo Campos. O Movimento JK estará presente com candidaturas próprias em cinco diretórios, onde conta também com o apoio dos administradores regionais das cidades-satélites de

Taguatinga, Planaltina e Núcleo Bandeirante.

O secretário da Indústria e Comércio, Lindberg Aziz Cury, lançou com seu grupo uma única chapa, no Gama, onde trava renhida disputa com seus concorrentes. A ala Pró-Saúde, de Gustavo Ribeiro, tem chapa própria para disputar a difícil eleição do diretório zonal de Ceilândia, uma cidade-satélite com mais de 500 mil habitantes.

O deputado Sigmaringa Seixas e o senador Pompeu de Souza reafirmaram ontem sua disposição em não participar do processo eleitoral do próximo dia 27. “Conciliar com o quê?” — indagou Pompeu que afirmou estar o partido sendo assaltado por pessoas que nada têm a ver com suas bandeiras de luta.

Porém, o secretário-geral ironizou as queixas dos parlamentares da esquerda, afirmando que “as fichinhas representam dedicação, trabalho e liderança”. Joselito declarou que o PMDB elegerá o futuro governador, e disse não existir o desgaste denunciado pelos Constituintes, já que foram obtidas 50 mil novas filiações.

Seis grupos lutam por domínio

Seis grupos disputam nas convenções zonais do PMDB a primeira batalha na guerra pelo controle partidário. Essa refeiça proporcional aos sobreviventes e vitoriosos a direção partidária e a certeza de indicação do candidato do partido ao governo do Distrito Federal. Na salada ideológica formada pelas alianças entre direita e esquerda e setores que até então jamais haviam se entrosado, os conservadores apontam como os que terão a maioria dos delegados e membros dos diretórios.

Quatro dos seis grupos congregam as forças conservadoras do PMDB, que estão investindo com furor para garantir

sua vitória — o Movimento JK, o Pró-MDB, o liderado pelo secretário de Indústria e Comércio, Lindberg Aziz Cury, e a Ala Pró-Saúde. Numa posição mais moderada está a corrente do deputado Geraldo Campos. A esquerda de todos os demais fica situada a Ala Progressista. O setor mais ideológico de esquerda do partido, integrado pelo deputado Sigmaringa Seixas e o presidente do partido, Milton Seligman, resolveu não participar da atual disputa.

O Movimento JK é formado pelo senador Meira Filho e pelos deputados Francisco Carneiro e Marcia Kubitschek, além do secretário de Governo,

Carlos Murilo. Dissidente do Movimento JK, Joselito Correia integrou-se ao grupo de Múcio Athayde, afastado da última eleição por abuso de poder econômico. Essa ala chama-se Pró-MDB.

O secretário de Indústria e Comércio, Lindberg Cury, tem grupo próprio, que é apoiado pela sua estrutura empresarial e a de amigos. Lindberg disputou o posto de governador para o Senado numa chapa com Meira Filho. O presidente da Fundação de Serviços Sociais, Gustavo Ribeiro, por sua vez, criou o grupo Pró-Saúde, com forte atração na Ceilândia, onde pode ter alguma participação a zonal.



No PMDB, Lindberg sai...



...à frente de Marcia...



...e de Guy de Almeida